

## PÓ PRETO

**Motivo da interdição:  
crime ambiental,  
decorrente da poluição  
por pó preto, segundo  
decisão da Justiça**



VITOR JUBINI

# JUSTIÇA INTERDITA OPERAÇÕES EM TUBARÃO

## Atividade de Vale e ArcelorMittal é suspensa por tempo incerto

✉ **VILMARA FERNANDES**  
vfernandes@redgazeta.com.br

As atividades do Complexo de Tubarão – administrado pela Vale –, que envolvem minério de ferro e carvão, foram interditadas na manhã de ontem pela Polícia Federal. Motivo: crime ambiental decorrente da poluição por pó preto que atinge o ar e o mar. A decisão foi da Justiça Federal Criminal e atinge ainda a ArcelorMittal. No fim do dia as duas empresas foram ainda multadas pela Prefeitura de Vitória em R\$ 68 milhões.

Com a decisão os píeres para importação de carvão e o de exportação de minério estão proibidos de operar por tempo indeterminado. Um outro píer que também é destinado a exportação de minério de ferro – não citado na decisão judicial – está fora de atividade, segundo a empresa, para manutenção programada. Com isto as atividades da empresa Vale, em relação aos dois produ-



POLÍCIA FEDERAL

**Investigação da Polícia Federal no complexo filmou minério até nas estruturas**

tos, estão suspensas por tempo indeterminado.

### HISTÓRICO

A interdição realizada ontem teve início em uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual, em 2013. Ela não foi aceita pela Justiça Estadual porque o assunto era de competência federal. Assim foi encaminhada

para a Polícia Federal, que deu início às investigações, em agosto de 2014.

Em novembro do ano do ano passado, o delegado federal de crimes ambientais, Décio Ferreira Neto, realizou uma vistoria no complexo. “Foi quando filmamos a chuva de minério que caía em cima de nossa lancha”, relatou. No dia dez de dezembro do mesmo ano

ele fez uma representação à Justiça Federal pedindo a interdição das atividades no Complexo de Tubarão.

O pedido foi aceito pelo juiz da 1ª Vara Federal Criminal, Marcus Vinicius Figueiredo de Oliveira Costa. Em sua decisão ele relata que discordou do parecer do Ministério Público Federal (MPF), contrário à interdição.

—  
“Determino a suspensão temporária das atividades até que cesse a atividade criminosa”  
—

**MARCUS V. F. O. COSTA**  
JUIZ CRIMINAL FEDERAL

O argumento era de que ela se destina apenas a casos que envolvam crimes financeiros ou quando há provas de mortandade de animais ou dano à saúde humana o que, na visão do MPF, não ficou comprovado. E que o assunto deveria ser tratado na área civil.

Mas, segundo o juiz, há outras ações tanto na Justiça estadual, quanto fede-

ral, todas na área civil, que ainda não surtiram efeito. “Em que pese a multiplicidade de ações implementadas, não se alcançou resultado satisfatório. O cotidiano da Região Metropolitana evidencia, a olho nu, o aumento gradativo da presença do denominado pó preto”, diz o juiz, que atua na área criminal.

E destaca que pesou em sua decisão, além de outros fatos, a “assustadora filmagem” realizada no complexo: “O teor dos arquivos impressiona, face à quantidade de material lançado livremente ao mar durante o carregamento do navio com minério de ferro, bem como durante o descarregamento de carvão, projetando poeira de carvão no ar de Vitória e pluma de carvão nas águas marítimas”, diz em seu texto.

E conclui a sua decisão denominando o que ocorre no complexo como “atividade criminosa”.

## PÓ PRETO

# VALE SE DIZ SURPRESA COM DECISÃO JUDICIAL



Empresa diz que a decisão judicial provoca impactos na economia do Estado

## Sentença contrariou parecer do Ministério Público Federal

« A decisão de interditar as atividades ligadas a carvão e minério de ferro do Complexo de Tubarão surpreendeu a mineradora Vale. Por intermédio de nota, a empresa informou ainda que a decisão traz “muita insegurança jurídica para todo o meio empresarial e que certamente diminuirá a competitividade do Estado na atração de novos investimentos”.

Uma sentença em que o juiz declara ter contrariado o parecer do Ministério Público Federal, já que a medida de suspensão das atividades só dever ser aplicada em alguns tipos de crimes, como os relativos à

atividades financeiras.

A decisão judicial, diz a Vale, paralisa as atividades de exportação e importação da empresa no Espírito Santo, provocando grande impacto na economia do Estado, com reflexos em Minas Gerais. Diz ainda que irá adotar todas as medidas judiciais para garantir o restabelecimento das suas atividades no Complexo de Tubarão.

A empresa reforça ainda que vem atuando e investindo continuamente em seus sistemas de controle ambiental e “cumprindo rigorosamente a legislação ambiental vigente”.

Destaca ainda entre 2007 e 2014 – como parte do Termo de Compromisso Ambiental (TCA) assinado com o Iema e o Ministério Público Estadual – a empresa realizou um investimento de R\$ 800 milhões que equipou todo o sistema produtivo do Complexo de Tubarão com as mais modernas tecnologias de controle ambiental.

Acrescenta que até 2020 terá investido aproximadamente R\$ 1 bilhão em medidas de controle ambiental em suas operações no Complexo de Tubarão, somando os valores investidos nos últimos anos.

### ARCELORMITTAL

A ArcelorMittal também foi citada na decisão da Justiça, já que até há alguns meses operava no Píer de Praia Mole. Em nota a empresa diz que já não opera mais no complexo e que atualmente é cliente dos serviços de descarregamento de carvão realizados pela Vale.

Informa ainda que a paralisação não afeta de imediato as suas atividades e reforça que a empresa tem seu foco direcionado em melhorar os controles ambientais. E que até 2018 fará investimentos em torno de R\$ 400 milhões para reduzir ainda mais as emissões.

## Vídeo com “chuva de minério” assusta juiz

POLÍCIA FEDERAL



Filmagem mostra o minério caindo em lancha

« As imagens da “chuva de minério” que impressionaram o juiz foram realizadas embaixo da esteira ou correia transportadora de minério de ferro. Ao passar embaixo da esteira com a lancha, os policiais federais foram surpreendidos pela quantidade de produto que caía no mar.

“Qualquer vento derruba o minério no mar, assim como a trepidação”, relatou o perito André Bittencourt, que na manhã de ontem, ao voltar a passar pelo local, ficou completamente sujo com o produto, encontrado, ainda acumulado em várias partes do suporte da esteira.

Segundo ele, o mesmo se repete no desembarque do carvão. “Não há nenhuma proteção. O carvão cai no chão e é levado pelo vento”, relata. Diz ainda que, ao ser

retirado do navio por uma pá do guindaste, parte do carvão vaza, sendo levada pelo vento e contaminando as casas. “Encontramos várias manchas no mar”, diz.

O delegado Décio Ferreira Neto informou ainda que os quatro guindastes do píer de carvão e a esteira do minério foram lacradas pela Polícia Federal, que ficou encarregada do cumprimento da decisão. “Para retirar o lacre precisa haver uma decisão judicial. Quando isto ocorrer, os policiais retornam ao local para fazer a remoção”, explicou.

### VEJA NA WEB

[www.gazetaonline.com.br](http://www.gazetaonline.com.br)



VÍDEO  
Confira as imagens que impressionaram o juiz.  
[leia.ag/1P8Muob](http://leia.ag/1P8Muob)



Perito da Polícia Federal (à esquerda) coletou amostras em operação. Minério caía das esteiras (à direita)



## PF vai colher areia das praias e do fundo do mar

« Nas próximas semanas a Polícia Federal vai colher areia das praias localizadas na Ilha do Boi e na Curva da Jurema. São locais para onde os policiais estimam que parte do minério e do carvão que contaminaram o mar estão sendo levados, pela correnteza.

“Acreditamos que estejam contaminando as praias”, informou o perito André Bittencourt.

Os policiais também farão mergulhos no mar localizado próximo à esteira ou correia transportadora de minério de ferro. De acordo com Bittencourt, um volu-

me expressivo do produto que cai no mar está sendo acumulado no fundo do oceano. “Provavelmente tem uma pilha no fundo do mar. Temos que fazer um mergulho para avaliar as condições”, explicou.

Todas as informações vão fazer parte de um lau-

do técnico que será anexado ao inquérito policial. Na próxima semana, informou o delegado Décio Ferreira Neto, serão ouvidos os diretores da mineradora Vale e também os da ArcelorMittal, que durante um tempo também operou no complexo de Tubarão.

PÓ PRETO

# PREFEITURA MULTA VALE E ARCELOR EM R\$ 68,4 MILHÕES

Cada uma terá que pagar R\$ 34 milhões, mas pode recorrer

▄ KATILAINE CHAGAS  
kchagas@redgazeta.com.br

A Vale e a ArcelorMittal vão ter que pagar, juntas, R\$ 68,4 milhões por causa de poluição gerada pelo pó preto. A Prefeitura de Vitória emitiu, ontem, cinco multas que somam R\$ 34.236.715,96 a cada uma das empresas.

“As multas têm caráter punitivo e não eliminam a obrigação de reparação”, afirmou o prefeito Luciano Rezende.

Segundo o prefeito, as sanções só aconteceram agora porque antes não havia legislação própria que desse parâmetro para aplicação de multa. Na última segunda-feira, a prefeitura publicou alteração em decreto que amplia para até R\$ 50 milhões as multas por danos ambientais. A maior penalidade antes disso era de R\$ 77.096,79.

O parâmetro que valia até o decreto era o do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que estipulava valores que datavam da década de 1990, segundo o prefeito. Ou seja, valores defasados.

“Agora é mais caro poluir do que resolver o problema da poluição”, disse o prefeito. Ele afirma que as multas não estão relacionadas com a decisão da Justiça Federal de interditar as atividades nos píeres de minério e de carvão no complexo de Tu-



Operações das empresas, que atuam em Tubarão, foram interditas pela Justiça

barão, em Vitória. A decisão atingiu diretamente Vale e ArcelorMittal, que operam nos dois píeres.

“Foi coincidência. Quando publicamos o decreto já sabíamos que iríamos multar esta semana”, garantiu o prefeito.

A maior das cinco multas é de R\$ 30.580.054,68 por “provocar continuamente a degradação ou poluição de elevado impacto ambiental que apresente iminente risco para a saúde pública e ao meio ambiente”, como descreve trecho do decreto 10.029/97, que deu base às multas.

A procuradora do muni-

## PUNIÇÃO

*“As multas antes não tinham impacto. Agora é mais caro poluir do que resolver o problema da poluição”*

**LUCIANO REZENDE**  
PREFEITO DE VITÓRIA

cípio de Vitória, Flávia Marchezi, acrescentou que hoje é mais fácil identificar se é pó de minério e de carvão, além de existir equipamentos que medem isso.

Sem citar nomes, o prefeito questionou aqueles

que alegam que o pó preto pode vir de outras fontes, como os meios de transportes motorizados e a construção civil: “Onde está o pó preto de São Paulo e do Rio de Janeiro?”.

As empresas têm 20 dias para recorrer da multa na Junta de Impugnação Fiscal da prefeitura e mais vinte no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente. O prazo valerá a partir da notificação. A prefeitura informou que notificou a Vale ontem. Caso não consiga fazer o mesmo com a ArcelorMittal, a empresa será notificada por Aviso de Recebimento (AR) dos Correios hoje.

pública e ao meio ambiente.

## TAC AJUSTAMENTO DE CONDUTA

▄ Documento  
A prefeitura enviou para a Vale Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em dezembro passado. O documento teria que ser devolvido assinado em janeiro, mas a empresa pediu prazo para responder o TAC até o dia 16 de fevereiro.

## Poluição ultrapassa limites em Vitória

▄ O índice de poluição por pó preto ultrapassou os limites máximos em todas as cinco estações de monitoramento localizadas em Vitória, segundo os últimos dados divulgados no site do Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema). A informação foi divulgada na edição da última segunda-feira de A GAZETA.

Os dados mais recentes são de novembro passado. As estações estão localizadas em Jardim Camburi, Enseada do Suá, Centro,

Ilha do Boi (Hotel Senac) e Clube Ítalo.

O local com o maior impacto foi a Enseada do Suá, cujo limite é de 11,61, mas apresentou índice de 13,1 no mês de novembro. No mês anterior, somente a estação da Ilha do Boi não ultrapassou os limites de poluição.

O Iema foi questionado pela reportagem ontem sobre a decisão judicial de interditar píeres do Complexo de Tubarão, mas informou que não vai se pronunciar.

POLÍCIA FEDERAL



O coletor de água do mar ficou sujo com a poluição

## OUTRO LADO

### Empresas se manifestam

▄ A Vale confirmou, por nota, que recebeu a notificação da Secretaria de Meio Ambiente de Vitória (Semmam) no final da tarde de ontem sobre a aplicação das cinco multas, que somam R\$ 34 milhões. A empresa informou que vai avaliar a notificação recebida para se manifestar dentro do prazo estipulado pelo órgão. “A empresa reforça ainda que vem atuando e investindo continuamente em seus siste-

mas de controle ambiental e cumprindo rigorosamente a legislação ambiental vigente. A Vale reitera o seu compromisso com as comunidades da região da Grande Vitória, com o meio ambiente e com as suas operações”, concluiu nota da mineradora. Já a ArcelorMittal informou, por nota, que não registrou recebimento de notificação da Secretaria de Meio Ambiente de Vitória.

## O QUE SIGNIFICA CADA MULTA

### SANÇÕES

#### MULTA 1

▄ R\$ 272.653,52

A multa foi por não cumprir deliberações do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comdema) de Vitória, por “emissão visível de poeiras, névoas e gases em qualquer operação de britagem, moagem, estocagem e transferência de materiais que possam provocar emissões de poluentes atmosféricos”.

#### MULTA 2

▄ R\$ 272.653,52

Essa sanção foi por operar atividade de “elevado potencial poluidor ou degradador em desacordo com a legislação e normas vigentes”.

#### MULTA 3

▄ R\$ 1.050.209,66

A terceira multa foi por denúncias recorrentes por causa de poluição

#### MULTA 4

▄ R\$ 2.061.144,58

O valor é por ter

ultrapassado os limites máximos de poluição por pó preto na estação de monitoramento da Ilha do Boi.

#### MULTA 5

▄ R\$ 30.580.054,68

É a maior de todas as multas até então aplicadas. Foi emitida por causa da provocação contínua da “degradação ou poluição de elevado impacto ambiental que apresente iminente risco para a saúde

PÓ PRETO



Matérias publicadas em A GAZETA mostraram como foi a interdição das empresas, ordenada em 28 de agosto e que durou até 1º de setembro de 1990

# GOVERNO DE MAX MAURO INTERDITOU PORTO EM 1990

## Na época, empresas faltaram a encontro para assinar acordo

/// KATILAINE CHAGAS  
/// WING COSTA

A interdição de dois píeres do Complexo de Tubarão, em Vitória, não foi a primeira contra as empresas que atuam no local. Em 1990, o então governador Max Mauro determinou a interdição das atividades da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), hoje só Vale, e da antiga Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), hoje ArcelorMittal, em razão da poluição proveniente dos complexos industriais.

“Fizemos uma intervenção na Vale e na CST e negociamos um acordo que seria assinado no Palácio Anchieta. Soube na véspera que eles não iriam comparecer. Mas deixei marcado. Fiz questão”, relembra Mauro.

Ele soube que por interferência do governo federal, a Vale, que era estatal na época, foi orientada a não assinar o acordo que previa condicionantes para diminuir a poluição. “Esperei por uma hora. Então chamei o procurador para que preparasse os autos para interdição. Interditei naquele dia mesmo.”

No dia seguinte ele foi procurado pelo então ministro de Minas e Energia, Ozires Silva, e por repre-

sentantes da estatal. “Falaram dos prejuízos. E eu disse: ‘a culpa é de vocês’. Fui intransigente e eles assinaram.”

No caso da CST, ele conta que a empresa queria licenciamento para duplicar sua produção e para isso pedia recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “Tive o apoio do presidente do BNDES (para assinar o acordo)”, disse o ex-governador.

A interdição foi ordenada em 28 de agosto e durou até 1º de setembro de 1990.

### INTERDIÇÃO



“Então chamei o procurador para que preparasse os autos para interdição. Interditei naquele dia”

**MAX MAURO**  
EX-GOVERNADOR

## Ambientalistas comemoram

/// A notícia da interdição das atividades das empresas que atuam no complexo portuário de Tubarão foi comemorada por entidades ambientais e associações, que há anos denunciavam os transtornos causados pelo pó preto.

O presidente da ONG Juntos SOS Ambiental, Eraylton Moreschi, classifica a ação como um marco na luta contra a poluição. Ele lembra que, em agosto de 2015, chegou a pedir à Secretaria de Meio Ambiente de Vitória e ao Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) a interdição das atividades no porto após constatarem mais uma vez a presença de pó de minério no mar. “Não queremos parar a Vale e a Arcelor. O objetivo da nossa luta é garantir saúde e qualidade de vida para os capixabas”, pontua Moreschi.

Do mesmo modo, o presidente da Associação dos Amigos da Praia de Camburi, Paulo Pedrosa, aprova a iniciativa da Polícia Federal. Já o presidente do Instituto



EDSON CHAGAS

**Transtorno**  
Apesar de sempre limpar a casa, na Mata da Praia, Marlete, 54, ainda precisa cobrir os móveis da área externa por causa do pó preto.

“Temos problemas alérgicos na família que pioram com o pó preto”

**MARLETE DE FÁTIMA NICCHIO**  
ADMINISTRADORA

Jacarenema, Petrus Lopes, ressalta: “Foi uma das melhores coisas que aconteceu no Estado em relação à garantia de saúde e à integridade ambiental dos ecossistemas da Grande Vitória”.

A interdição também foi aprovada pela Associação dos Moradores, Empresários e Investidores da Praia

do Suá (Amei-ES), que além de preparar um seminário e uma campanha contra o pó preto, organiza um abaixo assinado com os condomínios, que deverá ser entregue ao Ministério Público Federal para apoiar duas ações da ONG Juntos SOS Ambiental. Segundo o diretor Eduardo Borges, a Amei-ES

irá orientar os condôminos a moverem ações contra a Vale e a Arcelor Mittal.

“Ninguém torce contra as empresas. Lamentamos a necessidade da interdição, mas pelo menos algo está sendo feito com mais assertividade pelo poder público. Essa medida é uma mal necessário”, diz Eduardo.

PÓ PRETO

# PREJUÍZO ECONÔMICO COM PARALISAÇÃO DE TUBARÃO

## Sem operar, porto capixaba causaria queda na arrecadação

BEATRIZ SEIXAS  
bseixas@redgazeta.com.br

O maior porto exportador de minério de ferro e pelotas do mundo, o Porto de Tubarão, operado pela Vale, está com as atividades ligadas à mineração interditadas por tempo indeterminado. Além dele, o píer de carvão do Porto de Praia Mole não poderá operar.

A suspensão dessas atividades deverá gerar prejuízos para a Vale e ArcelorMittal e reflexos negativos na economia capixaba, especialmente se a paralisação perdurar muitos dias.

Especialistas ouvidos por A GAZETA listaram impactos como queda de arrecadação para o Estado e para Vitória; multas por descumprimento de prazos junto a clientes; aumento das despesas com afretamento dos navios, que tendem a ficar mais tempo esperando na fila para conseguirem atracar; redução das exportações, comprometendo a balança comercial; perda de cargas para outros Estados; revisão na produção das empresas; entre outros fatores que podem ser comprometidos.

Sem a operação dos terminais, ainda sobram dúvidas sobre o que vai acontecer com os navios que estão programados para chegar ao Complexo de Tubarão. Uma embarcação vinda da

PERDAS

**30%**  
a menos

É quanto pode chegar a perda de receita de ICMS em Vitória.

Alemanha, que atracaria hoje no píer 2 do Porto de Tubarão para ser carregado de minério, deve continuar fundeada na barra até que o impasse com a Justiça seja resolvido.

Para a próxima semana, outras duas embarcações estão agendadas para atracarem no píer 1, também no terminal de Tubarão. Segundo a Vale, os dois berços deste cais estão paralisados em função de uma manutenção programada. Mas o que dá a entender é que a manutenção deve ser encerrada até domingo, uma vez que há previsão para navios ancorarem nos dias 25 e 30.

Para os próximos 30 dias, estão na lista de atracação 39 navios, sendo 19 para o píer 1 e 20 para o píer 2. Já para o píer de carvão, em Praia Mole, está programada a chegada de 14 navios no mesmo período.

Uma fonte do setor, que preferiu não se identificar,

disse que cada navio parado na fila chega a dar um prejuízo de pelo menos R\$ 50 mil por dia. Para além das despesas e multas que as empresas ficarão sujeitas, especialistas temem que a produção das companhias sejam revistas.

Procurada, a ArcelorMittal informou que a paralisação do descarregamento de carvão não afeta de imediato as suas atividades e reforçou que “tem seu foco direcionado em melhorar continuamente os controles ambientais, potencializando procedimentos e tecnologias”.

A Vale, por sua vez, não esclareceu quais são os impactos que a interrupção do carregamento de minério vai representar nos seus negócios.

REFLEXOS

Se a paralisação dos portos se estender por muito tempo, o diretor técnico da Futura, Orlando Caliman, observa que os prejuízos para a economia serão drásticos. Ele cita que “tirar a Vale” de cena no mercado pode representar um rombo de cerca de 13% no PIB capixaba. Além disso, Vitória pode perder de 25% a 30% da receita de ICMS e uma massa salarial de mais de R\$ 500 milhões por ano será enfraquecida no Estado.



Porto de Tubarão é responsável pela maior movimentação de minério do mundo

## Desemprego preocupa o setor

A decisão da Justiça Federal de fechar Tubarão caiu como uma bomba no meio empresarial. Procurados por A GAZETA, executivos com larga experiência em mineração e siderurgia, que preferiram não se identificar, se mostraram preocupados com a manutenção de empregos e também com a insegurança jurídica.

“De repente vai lá e fecha a empresa? Trata-se de uma prerrogativa perigosa. Que segurança jurídica é essa? Empreender já é coisa para louco no Brasil,

se persistir essa virulência, a coisa piora”, assinala uma fonte com mais de 40 anos de experiência no setor.

Ele lembra da profunda crise que passa a siderurgia nacional. “A situação já é grave, as empresas já estão no aperto. Caso não tenham segurança para operarem no Brasil, fica mais difícil ainda. Já temos más notícias vindas de Usiminas e CSN, a ArcelorMittal está tendo de se virar. São 6 mil empregados no Estado, todos sob risco”.

O Fórum das Entidades e Federações também mani-

festou preocupação com a interdição. “A medida extrema contra as duas empresas gera alta insegurança jurídica e pode, inclusive, desestimular a atração de novos investimentos”, pontua a entidade formada pelas federações da Agricultura, Comércio, Indústria e Transportes, e o Espírito Santo em Ação.

O presidente do Sindifer, Manuel Pimenta, endossa a crítica à decisão judicial e diz que a paralisação pode comprometer os empregos, a renda das famílias e a cadeia de fornecedores.

ESTRUTURA DE TUBARÃO

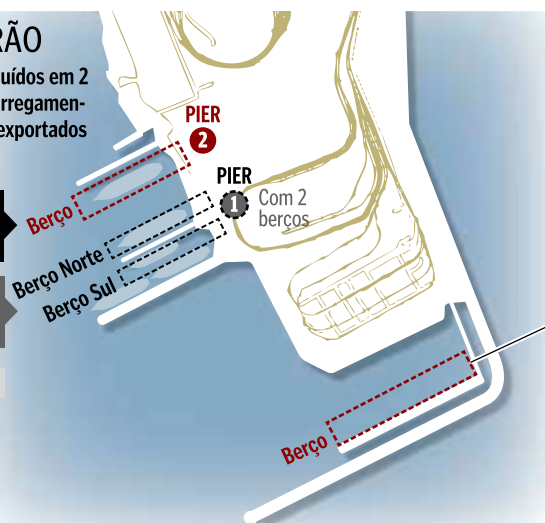


Localização  
Ponta de Tubarão,  
na parte continental  
de Vitória

PORTO DE TUBARÃO

São nos três berços, distribuídos em 2 píers, que acontecem os carregamentos do minério para serem exportados

Interditado pela  
Polícia Federal  
Em manutenção  
programada (sem operar)



- Administrado pela Vale, maior exportadora de minério de ferro e de pelotas do mundo, o porto foi inaugurado em abril de 1966
- Além do minério de ferro, movimenta diversas outras cargas, a exemplo de grãos, fertilizantes e combustíveis

<b>82,5 milhões</b> de toneladas de minério de ferro foram embarcadas pela Vale até o 3º trimestre de 2015	<b>36 milhões</b> de toneladas, aproximadamente, são produzidas por ano nas oito usinas de pelotização da Vale	<b>16 mil</b> é a quantidade de funcionários diretos e indiretos da Vale no Espírito Santo	<b>1.200 navios</b> aproximadamente é o número de embarcações que o Porto de Tubarão recebe por ano
---	---	---	--

PORTO DE PRAIA MOLE

Constituído pelo Terminal de Produtos Siderúrgicos (TPS), do consórcio ArcelorMittal Tubarão, Usiminas e Gerdau Açominas, é responsável por 50% das exportações brasileiras de produtos siderúrgicos e pelo Terminal de Carvão, operado pela Vale, que é responsável pela importação de carvão que atende a essas usinas siderúrgicas

<b>13 milhões de toneladas</b> por ano é a quantidade aproximada de carvão que é descarregado em Praia Mole	<b>36 km de correias</b> transportadoras existem no terminal de Praia Mole	<b>920 toneladas</b> é a capacidade de estocagem no pátio de carvão
--	---	--

<b>35 mil toneladas por dia</b> é a capacidade média de descarregamento de carvão de um navio	<b>20 navios por mês,</b> aproximadamente, é a quantidade de embarcações que o terminal recebe
--	---

1983 foi o ano de inauguração do Terminal de Praia Mole